

Senhor acionista,

A Diretoria da MGI – Minas Gerais Participações S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e deliberação de V.S^{as}. o Relatório da Administração que destaca as principais ações desenvolvidas pela Companhia, as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, às quais se incorporam ainda o Relatório dos Auditores Independentes, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

1. MENSAGEM DA DIRETORIA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a MGI manteve o foco em sua missão e sua visão, com o intuito de contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Minas Gerais. Nesse contexto, estão abrangidos os serviços de administração de ativos e suporte administrativo prestados ao Estado por meio de contratos celebrados com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF) e com a Advocacia Geral do Estado (AGE). Destacam-se, ainda, o Programa de Investimento em Convênios e os pagamentos de contraprestações de parcerias público-privadas (PPP) por intermédio da subsidiária EMIP.

A recessão econômica vivenciada pelo país ainda afeta negativamente a Companhia, impactando, sobretudo, no aumento da inadimplência dos parcelamentos que compõem a carteira de Direitos de Crédito Autônomos. A comercialização de bens imóveis e a celebração de acordos para recuperação de créditos em liquidação também é significativamente afetada pela crise. Apesar do mercado desfavorável, com empenho e profissionalismo, a MGI conseguiu, neste período, obter resultados superiores ao do ano anterior.

Em alguns aspectos, o mercado mostrou-se favorável à MGI, que obteve uma expressiva redução do custo das debêntures emitidas em razão da redução da taxa de juros. Além disso, o resultado de ajuste a valor justo do direito creditório sobre as ações emprestadas pela Companhia foi fator determinante para o lucro obtido no período.

Diante dos fatores acima elencados, a Diretoria considera satisfatórios os resultados alcançados neste período.

2. A MGI

Estrutura Societária

A MGI é uma estatal, vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF-MG) e integrante da Administração Pública Indireta, tendo como acionistas o Estado de Minas Gerais (99,9557%), o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG (0,0288%) e a Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – CEMIG (0,0093%). O restante das ações (0,0062%) encontra-se em tesouraria.

A Companhia atualmente detém participação nas seguintes sociedades:

- EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A. (subsidiária integral) – 100%;
- Cemig – Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – 0,02%;
- Empresas do Grupo Gerdau S.A. – 0,02%;
- Copasa – Companhia de Saneamento de Minas Gerais S.A. – 0,13%;
- Codemge – Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – 0,0001%;
- BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – 0,94%.

Identidade Organizacional

Missão: Atuar de forma efetiva, em conjunto com a Administração Pública de Minas Gerais, nas soluções que envolvam o desenvolvimento de atividades socioeconômicas.

Visão: Ser modelo de suporte ao Desenvolvimento Estadual.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Gestão de Ativos

Em sua atuação na recuperação de créditos em liquidação, da carteira da MGI, cedidos pelos antigos bancos estaduais BEMGE e CREDIREAL, a Companhia arrecadou, no exercício de 2018, o montante de R\$3.053 mil, inferior em 14% ao mesmo período de 2017, quando a arrecadação totalizou R\$3.542 mil. A alienação de bens imóveis adjudicados pela MGI, vinculados a esses créditos, gerou uma receita de R\$675 mil no período em referência, não tendo gerado receita no exercício anterior.

Mediante contratos celebrados com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF), a Companhia atua, também, na administração dos ativos recepcionados pelo Estado em decorrência da extinção da MINASCAIXA e da privatização dos Bancos BEMGE e CREDIREAL e na alienação de bens imóveis não de uso, pertencentes ao Estado de Minas Gerais. No exercício de 2018, no âmbito dos contratos celebrados, a MGI repassou à SEF o montante de R\$9.791 mil provenientes da recuperação de créditos em liquidação e alienação de bens imóveis. Esse valor foi inferior em 9% do apurado exercício de 2017, quando totalizou R\$10.801 mil.

Os resultados obtidos na gestão de ativos próprios e do Estado de Minas Gerais estão descritos no quadro a seguir.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Exercício de 2018 | Consolidado



Resultados da Gestão de Ativos (R\$ mil)	31/12/2018	31/12/2017	Δ%
Créditos em Liquidação Próprios da MGI	3.053	3.542	(14)
Bens Imóveis Próprios da MGI	675	-	-
Total Ativos MGI	3.728	3.542	5
Créditos em Liquidação do Estado de Minas Gerais	6.545	7.048	(7)
Bens Imóveis do Estado de Minas Gerais	3.246	3.753	(14)
Total Ativos do Estado de Minas Gerais	9.791	10.801	(9)

Considerando a natureza e data em que os empréstimos foram concedidos (mais de 20 anos), a falta de bens penhoráveis e/ou garantias e a baixa liquidez dos imóveis, a MGI considera relevantes os valores arrecadados.

Além dos contratos celebrados com a SEF, a MGI possui contrato com a Advocacia Geral do Estado (“AGE”) para prestação de serviços de suporte administrativo. Os contratos com ambos os clientes geraram uma receita total de R\$2.021 mil no exercício em referência. Esse valor superou em 22% o apurado no exercício anterior, quando totalizou R\$1.656 mil.

Direitos de Crédito Autônomos

De acordo com a posição de 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui um saldo nominal de Direitos de Crédito Autônomos a receber de R\$1.819.750 mil (R\$1.753.461 mil em 31 de dezembro de 2017).

Neste exercício, foi contabilizado a título de variação monetária ativa o valor de R\$69.754 mil, enquanto os valores recebidos no período totalizaram R\$36.149 mil (R\$115.197 mil no exercício de 2017).

A Companhia possui, ainda, considerando o marco de 31 de dezembro de 2018, um saldo de R\$44.536 mil a receber do Estado de Minas Gerais relativo às parcelas de direitos creditórios devidas à MGI pagas pelos contribuintes diretamente ao Estado.

Importante ressaltar que o saldo de parcelamentos rompidos - isto é, com parcelas inadimplidas há mais de 90 dias - vem aumentando no decorrer do tempo. A Companhia apura trimestralmente o valor justo e o *impairment* da carteira. Considerando esses efeitos, o saldo de Direitos de Créditos Autônomos é de R\$724.149 mil na posição de 31 de dezembro de 2018 (R\$630.579 mil em 31 de dezembro de 2017).

Debêntures

Ainda de acordo com a posição de 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui obrigações decorrentes da segunda e quinta emissões de debêntures.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Exercício de 2018 | Consolidado



De janeiro a dezembro de 2018, a Companhia registrou custos de R\$116.011 mil a título de juros sobre as debêntures emitidas. No exercício anterior, essas despesas totalizaram R\$167.451 mil. O decréscimo de 31% foi devido à redução da taxa DI, à qual é indexada a remuneração das debêntures, e à liquidação da 3ª emissão de debêntures em agosto de 2017.

Os pagamentos de juros e amortizações das debêntures emitidas são realizados rigorosamente nos termos das respectivas escrituras de emissão. O quadro abaixo apresenta os pagamentos efetuados de janeiro a dezembro de 2018:

Pagamentos Efetuados (R\$ mil)	Juros	Principal	Total Pago
2ª emissão	15.000	-	15.000
5ª emissão	69.241	-	69.241
Total	84.241	-	84.241

(a) Debêntures Subordinadas (Segunda Emissão)

A Companhia possui um saldo nominal de R\$1.009.585 mil a pagar referente às debêntures subordinadas, que foram integralmente subscritas pelo Estado de Minas Gerais.

As debêntures subordinadas vencem em 2022 e não possuem amortizações ordinárias intermediárias de juros e principal. Podem ocorrer amortizações extraordinárias a critério da Emissora. Durante o exercício, ocorreram amortizações extraordinárias de juros no montante de R\$15.000 mil.

(b) Debêntures de Quinta Emissão

Ao tomar como referência 31 de dezembro de 2018, a MGI possui um saldo de R\$674.052 mil a pagar referente à quinta emissão de debêntures. De janeiro a dezembro, foram pagos juros semestrais no valor de R\$69.241 mil. As amortizações do principal serão devidas semestralmente a partir de julho de 2019.

Participações Acionárias

A Companhia tem participação acionária na Cemig, Copasa, BDMG, Codemge e empresas do grupo Gerdau.

Os investimentos em participação acionária proporcionaram receitas de R\$54.360 mil no exercício, provenientes de juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pelas companhias investidas. Essas receitas superaram em 135% as auferidas em igual período do ano anterior, quando somaram R\$23.102 mil.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Exercício de 2018 | Consolidado



Convênios

Durante o exercício em referência, a Companhia deu continuidade ao programa de investimentos em ações destinadas à promoção do desenvolvimento da infraestrutura estadual por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações com interveniência e apoio técnico de Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais.

A MGI repassou aos convenientes, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$2.096 mil referentes a parcelas de convênios celebrados em exercícios anteriores. Considerando as devoluções recebidas a título de prestações de contas de convênios já encerrados, que totalizaram R\$3.136 mil no período, a variação líquida foi negativa em R\$1.040 mil, de modo que o montante acumulado líquido de pagamentos passou de R\$1.174.056 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.173.016 mil em 31 de dezembro de 2018, conforme quadro abaixo.

Pagamentos de Convênios (R\$ mil)				
Órgão Interveniante	Montante Líquido em 31/12/2017	Movimentação no Período		Montante Líquido em 31/12/2018
		Pagamentos	Devoluções	
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA	5.018	-	-	5.018
Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG – SEDINOR	1.900	-	(1)	1.899
Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR	95.477	-	(90)	95.387
Sec. Est. Administração Prisional de MG – SEAP	14.177	-	-	14.177
Sec. Est. Esportes de MG – SEESP	6.172	-	(329)	5.843
Sec. Est. Turismo de MG – SETUR	7.759	-	-	7.759
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG – SETOP	993.382	2.096	(2.118)	993.360
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	29.473	-	(586)	28.887
Sec. Est. Governo - SEGOV	4.234	-	-	4.234
Sec. Est. Cultura - SEC	12.864	-	(12)	12.852
Sec. Est. Des. Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SEDECTES	3.600	-	-	3.600
TOTAL	1.174.056	2.096	(3.136)	1.173.016

Os recursos repassados, originários de aportes de capital realizados na Companhia pelo acionista controlador, Estado de Minas Gerais, são destinados a obras de apoio à infraestrutura municipal, obras de saneamento básico, reformas e ampliações de Parques de Exposições Agropecuários, recuperação e manutenção de rodovias, entre outros.

As prestações de contas desses convênios devem ser, inicialmente, apresentadas pelos convenientes às Secretarias de Estado intervenientes, em até 90 dias após o vencimento dos instrumentos originais ou dos aditamentos efetuados. Essas prestações de contas visam a confirmar o cumprimento do objeto do convênio quanto a sua execução física e financeira, além do atingimento do fim social.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Exercício de 2018 | Consolidado



A verificação do atingimento do objeto conveniado se inicia pela análise da prestação de contas pela interveniente, que emitirá pareceres técnico e financeiro, posteriormente enviados à MGI, para que proceda à sua análise e julgamento definitivo das contas.

Também é de responsabilidade das Secretarias intervenientes a inspeção física (*in loco*) desses convênios. A não comprovação do atingimento dos preceitos definidos nos contratos de convênios determina o impedimento de novos repasses de recursos e a promoção de tomada de contas especial com o conseqüente ressarcimento dos valores repassados devidamente atualizados.

Na referência de 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta em seus controles internos o total de 980 convênios vencidos há mais de 90 dias sem análise das respectivas prestações de contas pela MGI, conforme detalhado abaixo:

Convênios Pendentes de Prestação de Contas em 31/12/2018		
Convênios	Quantidade	Valor (R\$ mil)
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA	1	100
Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG – SECIR	135	35.945
Sec. Est. Administração Prisional de MG – SEAP	6	14.666
Sec. Est. Esportes de MG – SEESP	1	6.172
Sec. Est. Turismo de MG – SETUR	17	5.839
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG – SETOP	712	801.471
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	105	28.208
Sec. Est. Governo - SEGOV	2	350
Sec. Est. Des. Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SEDECTES	1	3.600
TOTAL	980	896.351

Parte desses convênios já teve a prestação de contas entregue à Secretaria interveniente para validação e envio à MGI. Os demais são objetos de medidas administrativas anteriores a Tomada de Contas Especial (TCE) ou de tomada de contas especial, conforme detalhado abaixo:

Detalhamento da Situação dos Convênios			
	Situação	Quantidade	Valor (R\$ mil)
Prestação de contas em análise na Secretaria interveniente		949	888.553
Convênios em processo de tomada de contas especial		5	1.086
Convênios com medidas administrativas anteriores a Tomada de Contas Especial		20	5.051
Prestação de contas reprovada - Medidas administrativas em andamento		1	100
Omissão em prestar contas		5	1.562
	Total	980	896.352

A MGI tem agido junto às respectivas Secretarias no sentido de agilizar e acompanhar a referida prestação de contas, buscando, periodicamente, informações sobre a análise dessas contas. Além disso, a Companhia vem aprimorando continuamente seus controles internos, com o intuito de conciliar as informações da área de convênios com o Sistema de Gestão de Convênios da Secretaria

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Exercício de 2018 | Consolidado



de Estado de Governo de Minas Gerais (SIGCON). Adicionalmente, a Companhia cumpre com todas as suas atribuições previstas no âmbito de governança estabelecida para convênios.

Subsidiária Integral

A EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., subsidiária integral da MGI, atua como mandatária do Estado de Minas Gerais em contratos de concessões e parcerias público privadas. Para tanto, assume obrigações relacionadas às contraprestações pecuniárias ou de qualquer outra natureza, no âmbito dos referidos contratos.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, foram pagos como contraprestações aos Parceiros Privados, referentes às competências de 2017, em nome do Estado de Minas Gerais, o montante de R\$28.176 mil. No mesmo período do ano anterior, foram pagos R\$85.214 mil.

A EMIP atua, ainda, na comercialização de bens imóveis próprios não de uso. No exercício em referência, houve receita líquida com a venda de 13 imóveis no valor de R\$2.128 mil. No exercício anterior, foi auferida receita líquida de R\$551 mil com a venda de 18 imóveis.

A crise econômica vivenciada pelo país e a baixa liquidez de muitos imóveis componentes da carteira da EMIP impactaram nesse resultado.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO - CONSOLIDADO

Receita Operacional Líquida

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	31/12/2018	31/12/2017	Variação (%)	Análise Vertical 2018 (%)
Variação monetária ativa	69.754	98.761	(29)	39
Ajuste amortização reconhecimento inicial DCA	50.625	70.069	(28)	28
Receita de participação acionária	54.360	23.102	135	30
Recuperação de Créditos	3.728	3.542	5	2
Prestação de serviços	2.021	1.656	22	1
Receitas de vendas de imóveis	2.346	614	282	1
PIS/COFINS/ISS	(1.945)	(1.719)	13	(1)
TOTAL	180.889	196.025	(8)	100

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou Receita Operacional Líquida de R\$180.889 mil, 8% inferior ao mesmo período de 2017, quando alcançou R\$196.025 mil.

Os fatores preponderantes para a redução da receita operacional líquida foram: (i) a receita de variação monetária ativa dos direitos de crédito autônomos, que reduziu 29%, em virtude, principalmente, da redução da taxa Selic; (ii) a receita de amortização do ajuste a valor justo no

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Exercício de 2018 | Consolidado



reconhecimento inicial dos direitos de crédito autônomos, que reduziu 28% em comparação com o mesmo período do ano anterior, em virtude da redução do saldo a amortizar. Essas receitas representaram, respectivamente, 39% e 28% da receita operacional líquida do período. A receita de participação acionária teve uma variação positiva de 135%, no valor de R\$54.360 mil devido à distribuição de dividendos pela CEMIG integralmente na Assembleia Geral Ordinária, ao contrário de outros anos, quando a companhia antecipou a distribuição de juros sobre capital próprio, imputados aos dividendos obrigatórios.

Custo Operacional

Custo Operacional (R\$ mil)	31/12/2018	31/12/2017	Variação (%)	Análise Vertical 2018 (%)
Juros sobre debêntures	116.011	167.451	(31)	58
Ajuste amortização rec. inicial debêntures	56.351	87.292	(35)	28
Pessoal	4.302	5.137	(16)	2
Amortização de custos de transação	406	563	(28)	-
Obrigações por repasse	672	979	(31)	-
Serviços de terceiros	679	658	3	-
Custos dos imóveis vendidos	2.191	745	194	1
Despesas judiciais	388	256	52	-
Demais custos	310	199	56	-
Encargos financeiros contratuais*	18.808	-	-	9
CUSTO TOTAL	200.118	263.280	(24)	100

*waiver a favor do Credit Suisse

O custo operacional totalizou R\$200.118 mil no exercício, inferior em 24% ao exercício anterior, quando atingiu R\$263.280 mil.

O custo mais expressivo é composto pelos juros sobre as debêntures, que totalizaram R\$116.011 mil no exercício, representando 58% do custo total. Este custo apresentou diminuição de 31% em relação ano anterior, em virtude da liquidação da 3ª emissão, em agosto de 2017, e da redução da taxa de juros, que interfere diretamente no custo financeiro das debêntures, cuja remuneração é indexada à taxa DI.

Outro item relevante para o custo total foi a amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures, que totalizou R\$56.351 mil no exercício, 35% inferior ao exercício de 2017.

Neste exercício de 2018, houve o acréscimo de encargos financeiros de R\$18.808 mil referentes ao *waiver* pela suspensão temporária do empréstimo adicional de 5.148.354 ações preferenciais de CEMIG ao Credit Suisse.

Os demais custos foram pouco representativos para os resultados da empresa.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Exercício de 2018 | Consolidado



Resultado Operacional Bruto

A Companhia apresentou resultado operacional bruto negativo de R\$19.229 mil no exercício, enquanto no exercício ano anterior houve resultado negativo de R\$67.255 mil.

A redução daquele resultado deveu-se, principalmente, à diminuição da taxa de juros, que proporcionou uma significativa redução do custo com debêntures, e ao aumento da receita de participação acionária.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido reduziu 45,2%, de R\$17.467 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$9.577 mil em 31 de dezembro de 2018.

Os resultados foram alcançados por meio de criterioso controle dos recursos mantidos em aplicações financeiras, em fundos lastreados em títulos públicos cujas rentabilidades anuais permearam as taxas DI a custos administrativos ínfimos. A redução se deu pela diminuição do montante aplicado, sobretudo em razão do pagamento das debêntures.

LAJIDA e LAJIDA ajustado

LAJIDA (R\$ mil)	31/12/2018	31/12/2017	Δ%
Resultado do Período	226.858	(12.480)	(1918%)
(+) Despesa de IR e Contribuição Social	-	-	-
(+) Despesas Financeiras Líquidas	(9.577)	(17.467)	(45%)
(+) Depreciação e Amortização	44	44	0%
LAJIDA	217.325	(29.903)	(827%)
(+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajustes a Valor Justo	(271.177)	(303.942)	(11%)
(+) Impairment dos Direitos de Crédito Autônomos	23.345	251.690	(91%)
(+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajuste no Reconhecimento Inicial	5.727	17.223	(67%)
(+) Impairment dos Imóveis Disponíveis para Venda	(181)	(116)	56%
(+) Provisão para Perda em Participações Societárias	2.308	7.030	67%
LAJIDA AJUSTADO	(22.653)	(58.018)	(61%)

(a) LAJIDA

O LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) é uma medição não contábil utilizada para analisar a geração operacional de caixa de uma empresa. Esta medição é elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012. A MGI apurou, em 31 de dezembro de 2018, LAJIDA positivo de R\$217.325 mil. No exercício anterior, o indicador foi negativo, no valor de R\$29.903 mil.

(a) LAJIDA ajustado

O LAJIDA ajustado foi calculado em conformidade com o Art. 4º da Instrução CVM nº 527, com o intuito de melhor refletir a geração operacional de caixa da Companhia, por meio da exclusão dos efeitos abaixo, que não afetam a geração de caixa da Empresa:

- Ajustes a valor justo referentes aos contratos de opções flexíveis, aos direitos creditórios decorrentes de empréstimo de ações e à renegociação da carteira de direitos de crédito autônomos;
- *Impairment* dos direitos de crédito autônomos (perda na recuperação de direitos creditórios).
- Resultado correspondente à diferença entre o custo relativo à amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures subordinadas e a receita referente à amortização do ajuste no reconhecimento inicial da carteira DCA.
- Provisão para perda em participações societárias.
- *Impairment* dos imóveis disponíveis para venda (de propriedade da subsidiária EMIP).

Apurou-se LAJIDA ajustado negativo de R\$22.653 mil em 31 de dezembro de 2018. No exercício anterior, esse indicador foi negativo em R\$58.018 mil.

Resultado Líquido

A Companhia obteve resultado operacional negativo e decréscimo no lucro financeiro auferido no exercício. A empresa apresentou um lucro líquido de R\$226.858 mil no exercício de 2018, enquanto, no exercício anterior, obteve resultado líquido negativo de R\$12.480 mil.

5. ACESSO À INFORMAÇÃO

A Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação regulamenta o direito fundamental de todo brasileiro acessar às informações, de interesse coletivo ou geral, produzidas, guardadas e organizadas pelo Poder Público em todos os níveis de governo – União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011, a Lei - que entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012 - estabelece procedimentos para que os órgãos públicos facilitem o acesso à informação pública sob sua guarda e respondam aos pedidos de informações dos cidadãos.

Foram criados mecanismos para garantir o acesso à informação pública e, por outro lado, estabelecidos critérios para proteção de informações pessoais e sigilosas que impliquem na segurança da Sociedade e do Estado. Mas a observância da publicidade como regra e do sigilo como exceção, a divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitações e a utilização dos meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação, estão entre as principais diretrizes da Lei.

Em 25 de maio de 2012, o Governo Mineiro publicou o Decreto Estadual nº 45.969, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela administração direta do Poder Executivo, suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias e empresas controladas direta ou indiretamente, com vistas a garantir o acesso à informação, nos termos da legislação estadual vigente e da Lei Federal nº 12.527/2011.

Na MGI, o acesso à informação é disponibilizado no site www.mgipart.com.br. Para facilitar o acesso e a compreensão pela sociedade, foram publicados os links “Concursos, Debêntures, Editais, Institucional, Conselho de Ética, Imóveis e Transparência”, de forma objetiva e em linguagem acessível.

Na mesma oportunidade, foi disponibilizado o menu “Fale Conosco” – por meio do qual é possível requerer, sem necessidade de justificativa, dados da Companhia e da gestão de seus administradores.

6. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

A MGI, na condição de Companhia de capital aberto, se sujeita à fiscalização exercida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Brasil, Bolsa e Balcão – B3, na condição de emissora de valores mobiliários – Categoria “B” (Debêntures Simples Não conversíveis em Ações), nos termos da Instrução CVM nº 400/2009, devendo divulgar informações societárias de forma coerente com as melhores práticas de governança corporativa, visando à transparência e à equidade no relacionamento com os investidores e o mercado, bem como minimizar eventuais desvios.

Na MGI, a política de divulgação de informação e manutenção de sigilo por potenciais ou efetivos detentores de informação relevante, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, foi atualizada e aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29/06/2019.

As âncoras para a divulgação de informações estão representadas pelo “Sistema de Informações Periódicas e Eventuais – IPE” e pelo Programa “Empresas Net”, ambos da CVM.

Em atendimento à Instrução CVM nº 547 de 05 de fevereiro de 2014 a Companhia também divulga seus fatos relevantes no Diário Oficial do Estado, em jornal de grande circulação editado em Belo Horizonte/MG e em sua página na internet: www.mgipart.com.br.

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Com o advento da Lei Federal nº 13.303/2016 (“Lei das Estatais”), que estabelece o novo Estatuto Jurídico das empresas estatais, a MGI implementou uma série de mudanças com o intuito de aprimorar seus controles internos, políticas e estrutura de governança corporativa. Essas mudanças, entretanto, não são estáticas, mas o início de um novo ciclo de melhoria contínua, que propiciará o fortalecimento da estratégia corporativa da MGI.

Entre as principais mudanças implementadas, destacam-se:

- Implementação do Comitê de Auditoria Estatutário, de uma área responsável pela conformidade e gestão de riscos e de uma ouvidoria;
- Maior independência da auditoria interna, com sua vinculação direta ao Conselho de Administração;
- Aprovação do Código de Ética, Conduta e Integridade;
- Aprovação do Regulamento Interno de Licitações e Contratos;
- Aprovação do Regulamento Interno de Proteção à Informação;
- Aprovação do Regimento Interno de Treinamento e Avaliação de Membros Estatutários;
- Aprovação dos Regimentos Internos dos órgãos estatutários;
- Aprovação de novas políticas:
 - Política de Indicação de membros dos órgãos estatutários, observando os requisitos e vedações dispostos na Lei das Estatais e os critérios de independência;
 - Política de Transações com Partes Relacionadas;
 - Política de Gestão, Integridade, Riscos e Controles Internos;
 - Política de Gestão de Pessoas;
 - Política de Porta-Vozes;
 - Atualização da Política de Divulgação de Informações;
 - Política de Distribuição de Dividendos;
 - Política de Classificação de Informações.

As políticas, regimentos e regulamentos, bem como o novo Estatuto Social, estão divulgados no sítio eletrônico da MGI.

A Companhia promoveu, no exercício de 2018, treinamento externo com o tema “Estatais: Governança, compliance, gestão de riscos, controle interno, integridade, contratações e noções de aspectos estatutários”, do qual participaram os diretores, conselheiros, membros do comitê de auditoria estatutário, superintendente, gerentes e outros colaboradores selecionados. O conteúdo desse treinamento será disseminado para todos os colaboradores no exercício de 2019.

No exercício de 2019, a Companhia divulgará, pela primeira vez, o Relatório Integrado e a Carta Anual de Governança Corporativa, relativos ao exercício de 2018.

A Administração da Companhia entende que as adequações realizadas em função da Lei das Estatais transcendem o mero atendimento a uma obrigação legal para agregar grandes melhorias de gestão e transparência, alinhadas às melhores práticas de governança corporativa, sendo essas mudanças benéficas não apenas para a Companhia, mas para todos os seus stakeholders.

8. AUDITORIA INDEPENDENTE

À Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se, exclusivamente, à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, a prestação de outros serviços.

9. AGRADECIMENTOS

A Diretoria da MGI considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o exercício de 2018 e agradece o apoio e a orientação recebidos da Secretaria de Estado de Fazenda, da Advocacia Geral do Estado, dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como destaca a competência e o profissionalismo de seus empregados e colaboradores, responsáveis pela consecução dos objetivos atingidos.

Belo Horizonte, 20 de março de 2019

A Administração